

*A Reconquista e a cristianização da paisagem urbana portuguesa*

Luísa Trindade  
Universidade de Coimbra  
luisa.trindade@fl.uc.pt

Este texto equaciona a forma como a transferência do domínio islâmico para cristão, no decorrer dos séculos XI a XII, se refletiu nas matrizes urbanísticas do território português. Cruzando fontes de natureza diversa — dados arqueológicos, documentação escrita e análise cadastral — e confrontando os resultados com os de investigações sobre outras regiões da Península Ibérica, avalia-se o que parece ser uma mudança de paradigma, cujo principal indicador é o desaparecimento da casa-pátio, e a extensão e os ritmos dessa mudança.

This paper focuses on how the transference of the Islamic domain to the Christian, during the 11 to 13th centuries, reflected in the urban matrix of the Portuguese territory. Crossing multiple sources of diverse nature - archaeological data, written documentation and cadastral analysis — and confronting the outcomes with the results of parallel research on other regions of the Iberian Peninsula, the paper evaluates what seems to be a shift of paradigm, being the disappearance of the house with a central courtyard the core indicator, as well as the extent and rhythms of that change.

Este texto incide sobre las consecuencias que la transferencia del territorio de lo dominio islámico a lo cristiano, a lo largo de los siglos XI al XIII, ha tenido en la matriz urbana de lo territorio portugués. Cruzando fuentes de naturaleza diversa - datos arqueológicos, documentación escrita y análisis catastral - y confrontando los resultados con investigaciones paralelas en otras regiones de la Península Ibérica, se evalúa lo que parece ser un cambio de paradigma, siendo la desaparición de la casa-patio el principal indicador, así como la extensión y los ritmos de esa transformación.

Em 1249, a tomada de Faro, Loulé e Albufeira pelas tropas cristãs, significou, pelo menos para o conjunto dos territórios meridionais do espaço hoje português, o fim de mais de 500 anos de domínio islâmico. Identificar a natureza, amplitude e ritmo das consequências dessa passagem de poder no tecido urbano é o foco central deste texto.

Se no âmbito da Reconquista, raramente as cidades tomadas ao Islão foram alvo de uma destruição total, a mudança de poder implicou sempre uma reorganização política e social do espaço urbano e a sua adaptação à nova lógica dos conquistadores.

Por questões estratégicas elementares as estruturas defensivas foram, na medida do possível, preservadas e as alcáçovas, pela sua fortaleza, visibilidade e simbolismo, constituíram os primeiros elementos sobre os quais incidiu a troca de posições, mesmo quando a entrega da cidade decorreu através de pacto. Exemplo dessa prática é a proposta feita pelo arcebispo de Braga à população muçulmana de Lisboa, no dia anterior ao início do cerco cristão: “Mas visto que ocupais a cidade desde longa data e nela nasceste, usamos para convosco da costumada bondade e vos pedimos que nos entregueis apenas a fortaleza do vosso castelo”<sup>1</sup>. Meses depois, quando a 25 de outubro de 1147 as tropas cristãs entravam na urbe, foi justamente no local "mais alto do castelo" que se ergueu o estandarte da Cruz redentora "colocado em sinal de submissão da cidade"<sup>2</sup>.

A par da transferência da sede do poder político e militar — de que também Coimbra, Santarém, Silves ou Mértola<sup>3</sup> constituem exemplos — a sede do poder religioso constituía a outra grande prioridade. Assim, em ato contínuo à ocupação da cidade convertia-se a mesquita aljama em catedral ou matriz, purificando e consagrando o edifício, quase sempre dedicado a Santa Maria<sup>4</sup>, processo que, em menor escala, se multiplicava no espaço pela conversão das mesquitas de bairro em igrejas paroquiais. Idealmente, ao novo credo corresponderia a renovação da estrutura arquitectónica. Por isso, a ritmos diferentes consoante os locais, quando a conjuntura político-económica o permitiu, substituíram-se as mesquitas por novos edifícios que proclamavam, pela diferente linguagem arquitectónica e orgânica funcional dos seus espaços, o triunfo cristão. Em Coimbra, quase 100 anos depois da reconquista<sup>5</sup>, e em Lisboa, logo no decorrer das décadas seguintes a 1147<sup>6</sup>, a mudança foi radical, extinguindo-se sob a nova feição do românico internacional qualquer memória islâmica. Em Loulé, o processo terá sido diferente, já que o novo edifício da igreja de S. Clemente parece sujeitar-se ao

<sup>1</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*: 41.

<sup>2</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*: 67.

<sup>3</sup> Ver respetivamente, Fialho, 2006: 200-205; Custódio: 2002: 419; Pimentel, 2006; Gomes, R. V., 2005; Gomes Martinez *et alli*, 2009.

<sup>4</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros*: 69. Trindade, 2018: 202-205. Epalza, 1993: 508-509. Carrero Santamaría, 2011:185-200.

<sup>5</sup> Rossa, 2001: 313.

<sup>6</sup> Como o 2º testamento de Afonso Henriques, datado de 1179, ou o documento de dezembro de 1149 onde o monarca doa à "*Marie Olisiponensis sedis et Guilberto predictae sedis episcopo et successoribus 32 domos ad opus supra dicte sedis*". Fialho, 2016: 106-107.

perímetro da anterior mesquita de Al-'Ulyà, cujo minarete, de resto, reutiliza como torre sineira<sup>7</sup>. No outro topo do espectro do processo de substituição/ adaptação encontra-se o caso da mesquita de Mértola, onde a passagem de credo não foi acompanhada por mudanças formais significativas até ao século XVI<sup>8</sup>.

É também junto às novas igrejas, catedral, matriz ou paroquiais, que, no período pós-reconquista, se verificam alterações ao nível do espaço público, libertando espaços para claustros e, sobretudo, para cemitérios. Muito mais complexo é perceber se o processo de ocupação, adaptação e/ ou substituição que, de forma mais ou menos imediata, incidiu sobre estes espaços e edifícios de maior valor estratégico e carga simbólica, foi extensível à globalidade da cidade habitada e ao elemento urbanístico de maior resiliência, o parcelamento.

No caso português o problema é tanto mais interessante por, ao contrário do que acontece em Espanha<sup>9</sup>, não se detetarem vestígios de cadastro islâmico à superfície, apesar das frequentes associações (por regra superficiais e ingénuas) entre malhas orgânicas em topografia acidentada e cidade muçulmana. O tipo de parcelamento que aqui importa resulta da preferência pela casa-pátio e de um crescimento por adjacência com efeitos diretos na estruturação da rede viária que a serve. Ou seja, uma mancha construída que, essencialmente dependente da iniciativa privada, progressivamente se densifica e satura, com um miolo apenas acessível pelos característicos adarves. Uma malha que só se explica pela combinação da estrutura social, do regime jurídico e da religião islâmica, razão porque, no arco cronológico em causa, surgiu onde quer que o Islão se implantasse de forma estável e consolidada<sup>10</sup>.

O facto desta matriz não ser hoje visível, pode dever-se a duas causas: uma existência original demasiado ténue e pontual para poder ter deixado marcas; a sua substituição após a reconquista. Na realidade, não só não se excluem mutuamente como apenas o recurso a ambas pode explicar as assimetrias do processo de transição no território português. Se para regiões a norte e centro uma impressão ténue, por vezes quase nula, pode ser justificação suficiente, para outras, a sul, somente a segunda hipótese fará sentido.

Coimbra, com um posicionamento geográfico intermédio, afirma-se como um caso interessante. Ocupada pelas tropas de Abdalaziz logo em 714 e definitivamente reconquistada por Fernando Magno em 1064, a cidade foi no decorrer desse período objeto de alternância de poderes, recuperada e mantida pelos cristãos entre 878 e 987. Assim, a um domínio islâmico descontínuo e inferior a 250 anos, acresce uma ocupação urbana inicial débil, numericamente pouco expressiva e de origem berbere<sup>11</sup>. É já

<sup>7</sup> Luzia, Pires, 2017: 475-476.

<sup>8</sup> Macias, Barros y Gomes Martinez, 2018: 65-67.

<sup>9</sup> Com destaque para Sevilha, Málaga Granada, Córdoba ou Jerez de la Frontera. Abellán Pérez, 1991: 197-198. González Jimenez, 1988: 3-5.

<sup>10</sup> Betrán Abadía, 1992. Navarro Palazón, Jiménez Castillo, 2007. Trindade, 2013: 45-60.

<sup>11</sup> Pimentel, 2006:137-147.

próximo do final do milénio que a situação se altera e que o investimento neste território se torna significativo, sendo disso reflexo a construção do fortíssimo alcácer. Mas as poucas décadas que mediaram até à conquista definitiva da cidade, não seriam certamente suficientes para que, por ocasião dessa islamização mais intensa, o tecido urbano correspondente vingasse. O tempo de implantação e consolidação da matriz cadastral é, por questões de extensão, multiplicidade de agentes e tempos diferidos, muito mais lento que o do objeto arquitectónico. Não admira, por isso, que Coimbra não apresente o conjunto de características próprias da cidade islâmica.

O mesmo não acontece nos territórios meridionais onde, no tempo longo de meio milénio, se reuniram os requisitos essenciais à estruturação do modelo urbano islâmico. Com efeito, à origem iemenita e árabe do ocupante, desde o início detentora de propriedades, associou-se um forte afluxo de contingentes muçulmanos fugidos ao avanço cristão, sobretudo no último dos cinco séculos de ocupação efetiva, período em que, simultaneamente, o referido território se converteu num palco privilegiado da atenção do poder central<sup>12</sup>. Não admira por isso que os resultados de um conjunto significativo de intervenções arqueológicas levadas a cabo em vários núcleos urbanos a sul de Lisboa, no decorrer das últimas três décadas, confirme, de forma inequívoca, a existência de um modelo de casa-pátio<sup>13</sup>, que aqui será usado como indicador da matriz urbanística islâmica.

Em Mértola, são cerca de 30 casas no Bairro da Alcáçova. Em torno dos pátios, com cerca de 15 a 20 m<sup>2</sup>, (dimensão que testemunha o papel essencial que desempenhavam no quotidiano) organizavam-se diversos compartimentos, com destaque para o salão, a cozinha e latrina. Entre os anos 30 e 40 do século XIII, ou seja, em data coincidente com a reconquista da vila pelos Espatários, o bairro almóada foi abandonado. Na Mértola cristã, a área em causa foi usada como cemitério<sup>14</sup>.

Em Silves, em diferentes zonas da antiga medina e do arrabalde, foram igualmente identificados vários espaços habitacionais estruturados em torno do característico pátio interior, mesmo em edifícios modestos, atestando assim a transversalidade social do modelo<sup>15</sup>. Sobre as transformações operadas no tecido urbano de origem muçulmana diz Rosa Varela Gomes que “*a maioria dos espaços habitacionais islâmicos reconhecidos no núcleo urbano, foram abandonados, embora outros tenham sido readaptados, verificando-se a desativação de pátios e jardins e a sua ulterior cobertura*”<sup>16</sup>. Em muitos

<sup>12</sup> Fernandes, 1998: 272.

<sup>13</sup> Mais do que um modelo genérico de casa-pátio, comum a outras culturas mediterrânicas, trata-se de uma estrutura que, a esta organização interna, associa todo um conjunto de características específicas com destaque para aspetos técnicos, formais (entrada em cotovelo para proteção de vistas) e funcionais (salão, cozinhas, latrinas, alcovas, etc), tipo bem conhecido em cidades como Almería, Málaga, Sevilha, Múrcia, Dénia ou Saltés. Para a sua caracterização e evolução veja-se Orihuela, 2007.

<sup>14</sup> Macias, 2006.

<sup>15</sup> Gomes, 1998: 138; Santos, Abranches, 2010: 89-102.

<sup>16</sup> Gomes, 2001: 139-141.

casos, foi possível documentar arqueologicamente um hiato ocupacional entre a segunda metade do século XIII e os finais do século XV, correspondente ao abandono das estruturas habitacionais islâmicas e à reinstalação em finais da Idade Média, assentes sobre as anteriores, mas raramente recorrendo ao seu reaproveitamento<sup>17</sup>. O mesmo quadro de abandono verificou-se nas cerca de 30 casas islâmicas exumadas a partir de quatro campanhas arqueológicas diferentes realizadas no arrabalde oriental, "não se observando estruturas construídas após o século XIII"<sup>18</sup>.

Em Tavira, a intervenção arqueológica realizada na Cerca Conventual da Graça, permitiu identificar um bairro habitacional almóada, com um conjunto de pelo menos 13 casas e três arruamentos. Também aqui se assinalou a "*presença de estruturas medievais, sobre o abandono de estruturas islâmicas*"<sup>19</sup>.

Em Cacela-Velha, os dados referem-se ao chamado Bairro Islâmico do Poço Antigo, uma área imediatamente a leste do perímetro muralhado. Aí foi descoberta "uma zona habitacional alargada (provavelmente fundada no séc. XII)" com habitações de pátio central. Como nos casos anteriores, o bairro foi abandonado na primeira metade do século XIII: casas e ruas sofreram um processo de deterioração e, cobertas de areia, transformam-se, logo entre 1240-1260 (datações absolutas por C14) em área cemiterial. Como concluem as coordenadoras da escavação, as sepulturas que cobriram o bairro residencial islâmico, "podem corresponder à primeira geração de povoadores do sotavento algarvio, após a conquista do reino do Algarve"<sup>20</sup>.

No castelo de Paderne, na que é talvez a situação menos urbana de todas as aqui reunidas, os dados relativos à única estrutura residencial quase integralmente escavada, com uma área de 92m<sup>2</sup> e oito compartimentos distribuídos em torno do pátio central, permitem perceber o âmbito de diversas remodelações pós-islâmicas, ocorridas entre finais do século XIII e inícios do XIV e outras já posteriores: de todas, a mais visível é a construção de uma parede que atravessa e corta o pátio, modificando profundamente a estrutura do espaço habitacional, mais tarde subdividido em três casas distintas<sup>21</sup>.

Também em Moura se registam alterações: no interior da Alcáçova desativaram-se estruturas residenciais e conferiu-se à área um carácter exclusivamente religioso: a igreja de Santa Maria do Castelo, eventualmente numa adaptação da antiga mesquita, o cemitério, cuja primeira fase data ainda da segunda metade do século XIII, pouco depois a construção de uma capela<sup>22</sup>.

Deixámos para último Lisboa, de todos, o caso mais a norte. Escavações realizadas no Castelo de S. Jorge, na área da Praça Nova junto à igreja de Santa Cruz, também

<sup>17</sup> Gomes, 2005: 28.

<sup>18</sup> Gonçalves, 2009: 521.

<sup>19</sup> Covaneiro, Cavaco, 2005: 78. Cavaco, Covaneiro 2009: 429-443.

<sup>20</sup> Garcia, 2018.

<sup>21</sup> Inácio, Catarino, 2009: 616.

<sup>22</sup> Macias *et alli*, 2016: 92-96.

erguida sobre uma antiga mesquita, permitiram identificar uma área residencial com várias fases de ocupação, desde a época islâmica até aos inícios do século XIV. Neste bairro, cuja localização, dimensão e especialização das casas indicia a pertença a famílias próximas da elite governativa, o tipo é muito claro e as dimensões particularmente generosas: em espaços de 160 a 190 m<sup>2</sup>, salões, átrios, alcovas, cozinhas e latrinas circundam os pátios centrais. Apesar da ausência de incêndios ou destruições fraturantes, regista-se para o período pós 1147 um abandono progressivo e, sobretudo, alterações das funcionalidades dos compartimentos<sup>23</sup>.

Ou seja, ao contrário dos casos anteriores, neste último parece detetar-se um reaproveitamento das estruturas islâmicas e a continuidade de uso como habitação, embora sujeita a transformações. Conclusão comparável à de uma outra estrutura habitacional encontrada junto à sede da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva às Portas do Sol, encostada, pelo exterior, ao lanço nascente da cerca moura. Datada do período que medeia entre 1050 e 1150, as transformações sofridas são, todavia, mais claras: no decorrer da terceira fase de ocupação, contemporânea do reinado de D. Afonso Henriques e já posterior à conquista de Lisboa, procedeu-se ao encerramento do pátio, transformado em compartimento interior. No reinado de D. Sancho, a área seria abandonada, provavelmente por corresponder a uma zona de reparações da base da muralha<sup>24</sup>.

É fundamental sublinhar como, para a questão que aqui nos importa, esta linha de continuidade ser apenas aparente: a função residencial mantém-se mas a tipologia muda radicalmente. Com efeito, o que parece ser a única alteração realizada pelos novos ocupantes, seguramente cristãos — o encerramento do pátio central e a sua conversão num compartimento fechado, procedimento também detetável em Silves, como referido — implica uma reestruturação profunda do complexo habitacional. Efetivamente, na casa-pátio as funções de arejamento e iluminação ocorrem através desse espaço central aberto, normalmente apenas complementado pela existência de algumas pequenas lucarnas. Encerrar a principal fonte de ar e luz obriga à abertura da casa ao exterior por outros meios, rasgando vãos nas paredes exteriores, condicionando o encosto dos imóveis vizinhos e introduzindo o conceito de fachada, qualquer deles contrários à natureza da casa islâmica e à lógica de adjacência que preside à formação do tecido habitacional.

Embora sejam apenas dois casos, este tipo de transformações operadas em Lisboa e Silves (e Paderne?) podem servir de indicador, sobretudo quando confrontadas com os dados que a arqueologia espanhola vem revelando. Permitem, quando multiplicados, perceber como todo um sistema foi posto em causa pela ocupação cristã, para quem o pátio central era um elemento incompreensível.

Um outro caso, também em Lisboa, aproxima-nos de novo da linha de abandono que parece registar-se de forma transversal: trata-se do bairro islâmico encontrado entre 1999 e 2001, na zona sudoeste da atual Praça da Figueira. As 20 pequenas casas

<sup>23</sup> Gaspar, Gomes, 2001: 95-102. Gomes, Gaspar, 2001:403. Fialho, 2016: 202.

<sup>24</sup> Gomes, Sequeira, 2001: 103-110.

escavadas, alinhadas em cinco quarteirões separados por ruas estreitas, denunciam um tempo de vida muito curto: erguidas na 1ª metade do XII, foram progressivamente abandonadas entre 1150 e 1250<sup>25</sup>. A memória do bairro viria a desaparecer por completo quando, então os Dominicanos se instalaram na área e aí plantaram as Hortas de S. Domingos<sup>26</sup>.

Em comum, num arco cronológico correspondente à passagem do domínio islâmico para o cristão, todos os casos apresentados obedecem a uma de duas situações: abandono das estruturas existentes; continuidade de utilização embora com transformações estruturais. No primeiro caso, os bairros residenciais são progressivamente esvaziados e sobre eles instalam-se cemitérios, casas e cercas conventuais (Mértola, Cacela-a-Velha, Tavira, Lisboa); no segundo, as transformações registadas, fechando ou cortando o pátio central, determinam o fim do tipo mediterrânico (Silves, Lisboa, Paderne).

Se dos dados da arqueologia passarmos à análise do que a documentação escrita permite perceber sobre a arquitetura corrente urbana no decorrer dos séculos XIV e XV, corrobora-se a ideia de uma total ausência de estruturas habitacionais organizadas em torno de pátio central, contrariamente ao quintal de fundo do lote, esse sim, quase omnipresente<sup>27</sup>. Um raciocínio que sai reforçado com o confronto entre os dois tipos de fontes referidas, arqueológicas e documentais, e a análise cadastral realizada sobre a cidade atual<sup>28</sup>, elemento que, salvo catástrofes ou transformações intencionais, se caracteriza precisamente pela resiliência no tempo longo.

Em síntese, usando os territórios meridionais como campo de ensaio, este tipo de casa pátio, indicador fundamental da islamização do espaço urbano, parece desaparecer no período pós-reconquista, quando a cidade se "cristianiza". Uma quebra de paradigma que Cláudio Torres e Santiago Macias há muito vêm atribuindo à Reconquista e ao "*novo esquema de organização social que lhe está associado*"<sup>29</sup>.

Demonstrada a quebra, importa agora interpretar o processo propriamente dito: explicar as causas, identificar as sucessivas etapas, em extensão e ritmo. Questões complexas, sobretudo pela precariedade do conhecimento: as fontes escritas são praticamente omissas quando se trata de descrever o espaço urbano, seja sob domínio islâmico<sup>30</sup> ou cristão. E mesmo quando o fazem são demasiado vagas, não esclarecendo questões matriciais como a estrutura das casas, a relação entre si ou a que estabelecem com as vias tangentes. Por outro lado, e apesar do muito que se tem feito nas últimas três décadas — e que o elenco atrás reunido explicita — a arqueologia medieval em Portugal

<sup>25</sup> Silva, 2012: 144-147.

<sup>26</sup> Sobre a ruralização da área ver Gonçalves, 1996: 23 e Fialho, 2016: 270.

<sup>27</sup> Trindade, 2002: 75.

<sup>28</sup> A utilização do cadastro atual da vila intramuros de Mértola e o seu cotejo com o Bairro da Alcáçova atesta, de novo, "a mudança cultural do modo de habitar". Costa, 2018:19.

<sup>29</sup> Torres, Macias, 1997: 43.

<sup>30</sup> Coelho, 1970.

é ainda incipiente e sobretudo pontual<sup>31</sup>. Alie-se a isso o magro volume de trabalhos de investigação dirigida à materialidade urbana para esta cronologia e enfoque específico (de natureza historiográfica ou artística), e a fragilidade do quadro de conhecimento fica bem evidente<sup>32</sup>.

Neste enquadramento parece legítimo estabelecer paralelos com o que sucedeu noutros pontos da Península Ibérica, onde o tema tem merecido um desenvolvimento muito superior ao registado em Portugal, caso de Valência, Sevilha, Toledo e Múrcia<sup>33</sup>. Com as precauções que a adoção de um modelo explicativo testado para outras regiões necessariamente implica, a similitude de contextos e processos não pode deixar de ser equacionada pela forma como ajuda a contextualizar e esclarecer as conclusões que a arqueologia portuguesa vem trazendo a público.

Um momento chave foi o da transferência de propriedade<sup>34</sup>, quando, de forma transversal a todo o espaço Ibérico, os monarcas cristãos procederam à repartição dos territórios conquistados<sup>35</sup>. O relato sobre a conquista de Lisboa, escrito por um cruzado inglês que nela participou, familiarizado com o território e factos e com acesso a documentação escrita nesses mesmos anos, ou seja, particularmente bem informado<sup>36</sup>, descreve como Afonso Henriques acordou com os cruzados que, vencido o cerco, procederia à repartição da "*cidade e terras submetidas*", reservando uma parte para a coroa e entregando outras, a título de recompensa, aos que o auxiliassem<sup>37</sup>. Ou seja, à fuga de uns e entrada de outros, corresponderia uma transferência massiva de propriedade. É tentador ver neste processo de renovação da titularidade a explicação para a transformação do parcelário: à nova sociedade dominante corresponderia, a breve trecho, um novo espaço e estruturas urbanas mais adequados à sua cultura, hábitos sociais e regime de propriedade. Importa todavia matizar os efeitos, equacionando, para cada caso, a escala, os tempos e os ritmos do processo.

O primeiro aspeto a ter em conta é a forma de ocupação, se decorrente de pacto, negociando condições mais favoráveis para a população rendida, se pela força, implicando mais ou menos destruições e a expulsão imediata dos vencidos<sup>38</sup>. Das duas

<sup>31</sup> Sobre a arqueologia medieval em geral e islâmica em particular veja-se Fernandes, 2013: 361-373. A síntese mais recente sobre o Algarve é de Gomes Martinez, 2010: 497-508. Sobre Lisboa veja-se Bugalhão, 2009: 388.

<sup>32</sup> Pimentel, 2006, Trindade, 2013 e Fialho, 2016 são três exemplos nesse magro panorama.

<sup>33</sup> Jiménez Castillo, Navarro Palazón, 2001: 71-129; Frey Sánchez, 2002: 87-91.

<sup>34</sup> Escreveu González Jimenez que "*Nunca en la historia de la Andalucía bética se había producido una operación de reparto de tierras de proporciones semejantes, que provocó, en poco más de medio siglo, una renovación completa de la titularidad de la propiedad de la tierra de toda la región.*" González Jiménez, 1988: 100.

<sup>35</sup> Ao contrário de Portugal, nos reinos vizinhos a divisão das terras ficou registada nos *repartimientos*. Sobre esta documentação oficial veja-se Guichard, 2001: 36.

<sup>36</sup> Branco, 2001:220-221.

<sup>37</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*: 38.

<sup>38</sup> Lisboa, Orihuela, Alicante, Mula e Cartagena são exemplo de cidades que ofereceram resistência.



modalidades, e de todo o espectro de possibilidades intermédias<sup>39</sup>, dependeu a permanência em maior ou menor grau da população local na cidade conquistada. Em muitos casos, a evacuação ter-se-á limitado aos quadros de dirigentes políticos e aos que mais se destacavam na vida política e económica da cidade, ou seja, àqueles que abertamente se teriam oposto ao domínio cristão<sup>40</sup>. A restante população terá em grande parte permanecido, embora amplamente tolhida nos seus direitos. Tal facto estaria, de resto, em sintonia com as necessidades demográficas e económicas, uma vez que a evacuação em massa da população islâmica teria privado os novos senhores de uma mão de obra essencial à sustentação da cidade. A acreditar nas crónicas, a posição de Cid o Campeador refletiria a prática mais comum: “*que haremos con los moros cautivos? Que los descabecemos, nada ganaremos. Entremos en sus casas, en ellas moremos y de ellos nos sirvamos*”<sup>41</sup>. Razão pela qual os monarcas se certificaram da segurança das populações mouras<sup>42</sup>. Palmela, Elvas e Faro são exemplos de conquistas em que os termos de capitulação permitiram que parte dos residentes muçulmanos se mantivesse<sup>43</sup>.

É certo que foi prática comum assinalar um espaço destinado à população muçulmana, doravante mudéjar, normalmente arrabaldes cujo carácter pouco atrativo não despertava a cobiça dos conquistadores<sup>44</sup>. Ou seja, também por esta via se engrossava o caudal de bens que transitavam de mãos. Mas também esta não foi uma política generalizada ou imediatamente imposta. Em várias localidades, parte dos mouros continuou a viver nos locais que anteriormente ocupava. O caso de Faro comprova o hiato: embora desde o início tenha sido previsto um terreiro fora de muralhas, “*quod iaez in cerco qui fuit diuissus pro ad mourariam*”, só depois de 1287 seria efetivamente ocupado<sup>45</sup>. De forma geral, a permanência dispersa pelo tecido urbano, difícil de

<sup>39</sup> Recusando num primeiro momento a capitulação, Lisboa render-se-á após cinco meses de cerco, embora então sob condições muito menos favoráveis para os muçulmanos a quem apenas foi permitido sair com o que tivessem no corpo. *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*: 67.

<sup>40</sup> Em Toledo, foi o bairro norte, habitado pelas classes altas islâmicas o que sofreu maior despovoamento, passando as suas casas para a nobreza cristã. Pérez Higuera, 2004: 18-25. Adalberto Alves afirma que em Lisboa a conquista cristã significou, em primeiro lugar, a fuga das elites, permanecendo na cidade apenas os de condição mais humilde. Alves, 2007:122. Também Borges Coelho aponta como “a continuidade significativa das magistraturas, a reorganização rápida das freguesias extramuros, incluídas as freguesias de Alfama, parece confirmar que muitos dos ex-moradores voltaram à cidade”. Coelho, 2001: 286.

<sup>41</sup> Lavado Paradinas, 1991: 434.

<sup>42</sup> Estal Gutierrez, 1985: 824. Preocupação paralela à dos monarcas portugueses e explicitamente referida nas cartas de foral. Trindade, 2013: 556-559.

<sup>43</sup> Fernandes, 2005: 311-325. Barros, 2007: 84 e 95. Mesmo em localidades como Santarém, onde a violência da conquista pela força pressupunha a expulsão dos sobreviventes, de que as crónicas fazem amplo eco, tal situação não se verificou. Como alertou Maria Filomena Barros, as descrições de massacres sangrentos e êxodos de milhares de fugitivos “veiculam uma memória produzida no contexto dos vencedores” e são, no caso de Santarém, desmentidas por testemunhos vários que comprovam a continuidade da presença islâmica no período pós-reconquista. Barros, 2004, 61-62.

<sup>44</sup> Trindade, 2013: 555.

<sup>45</sup> Barros, 2007: 218.

contabilizar, seria, apesar de tudo, suficientemente significativa para que, em 1361, D. Pedro I configurasse em termos legislativos a existência das mourarias.

Ainda assim, importantes sectores de vilas e cidades terão transitado para os novos ocupantes, levando a que sobre o parcelário se exercesse um conjunto variado de adaptações. As transformações operadas em Múrcia, amplamente documentadas<sup>46</sup>, apontam dois vetores essenciais: a transformação da parcela habitacional e a assimilação/desaparecimento de uma parte relevante da rede viária de terceira ordem, ou seja, os adarves ou becos sem saída.

Com hábitos diferentes, as novas famílias nucleares, ignorando o rigor de privacidade islâmica, privilegiaram o contacto direto com a rua, usada como extensão natural da casa e espaço de sociabilidade. O pátio central das habitações perdeu o seu significado, fosse em termos de organização das tarefas familiares, fosse como principal fonte de luz e ar, substituído por aberturas na fachada. O desejo generalizado de colocar as habitações em contacto com a via obrigou ao recurso a frentes estreitas, desenvolvendo-se a habitação no sentido da profundidade. Neste tipo de casa comprida, com os alçados laterais convertidos em encosto dos imóveis vizinhos, procurou-se uma fonte extra de iluminação e ventilação num pequeno quintal traseiro. Ainda decorrente do contacto direto da casa com a rua, o novo sistema pôde prescindir do adarve, caído em desuso pela inexistência de casas no interior dos quarteirões<sup>47</sup>. Transformações bem evidentes em Múrcia, onde os lotes medievais, estreitos e profundos, se sobrepõem ao parcelamento islâmico<sup>48</sup>.

Um pouco por toda a parte, também a restante malha viária islâmica foi sendo alvo de transformações, mais ou menos lentas mas sempre intencionais, por parte das autoridades cristãs. Demandando uma rede viária fluida, parte dos esforços desenvolvidos teve por objetivo a abertura, regularização e o alargamento das vias públicas: porque a rua passou a ser simultaneamente um espaço de circulação, trabalho, convívio e representação do poder. Não foi apenas a substituição dos tradicionais animais de carga pela carroça que exigiu um espaço viário mais amplo. Muito mais do que no sistema islâmico, na cidade cristã as zonas de comércio e as áreas residenciais interpenetram-se e até se sobrepõem. Produção, venda e residência são funções que se reúnem num mesmo edifício: as primeiras, nos pisos térreos, em tendas e oficinas que se abrem sobre a rua, expondo as mercadorias no espaço público; a segunda nas chamadas casas de dentro ou câmaras, ocupando os sobrados ou a parte de trás do lote. Conjugação que determinou tanto o fim dos bairros estritamente residenciais (de carácter tranquilo e quase privado a que os estreitos adarves davam resposta eficaz), como a densificação da construção em

<sup>46</sup> Jiménez Castillo, Navarro Palazón, 2001: 71-129; Frey Sánchez, 2002: 87-91. Sobre a arqueologia islâmica em Múrcia, veja-se Eiroa Rodríguez, 2007, p. 193-217.

<sup>47</sup> Atestado, por exemplo, em Córdova, Écija, Jerez de la Frontera e Sevilha. Téran Sánchez, 2009:189

<sup>48</sup> Jiménez Castillo, Navarro Palazón, 2001: 91-94, 103, 114.

altura, pelo acrescento de novos pisos<sup>49</sup>. Em Toledo, o *zoco* manteve a função comercial após a conquista cristã, mas incorporaram-se habitações sobre as minúsculas tendas<sup>50</sup>.

Nada disto significa que as vias fossem agora largas e arejadas. Longe disso: apenas menos estreitas que as muçulmanas e, sobretudo, dotadas de fluidez e continuidade. O que apenas foi possível pelo caráter interventivo do poder régio e municipal, cada vez mais atuante no controlo das relações entre espaço público e espaço privado.

Da cidade de Valência<sup>51</sup> chegaram à atualidade 28 disposições do século XIV<sup>52</sup>, relativas à abertura ou ampliação de ruas. No século seguinte atinge-se as seis dezenas<sup>53</sup>. O que, ainda assim, não refletirá a globalidade das decisões, porventura bem mais numerosas. Na realidade, só as ruelas periféricas parecem ter sobrevivido até finais do século XV.

Para Múrcia, conhecem-se as ordens de Jaime I, mandando abrir a rua Maior, atual da *Trapería*, bem como a disposição de Afonso X, datada de 1266, pela qual o monarca estabelecia uma largura mínima de 20 palmos e obrigava, em troca de indemnizações, os proprietários das casas reedificadas ou construídas de novo a recuar face à rua<sup>54</sup>. Subjacente a qualquer das ações, a intenção de tornar “...*las ruas de la cibdat de Múrcia mas apuestas e a prol comunal de todos*”.

Precocemente na região valenciana e mais tarde nas restantes, o edificado foi pontualmente demolido<sup>55</sup> com vista à abertura de praças, espaço inexistente na cidade islâmica. Sobre Granada, escreveu Lúcio Marineo Sículo que “... *as praças e mercados onde se vendem os mantimentos foram, depois de tomada a cidade pelos cristãos, alargadas e enobrecidas*”<sup>56</sup>.

Em Toledo<sup>57</sup>, o conjunto de transformações, verificado entre os começos do século XIII e os finais do século XV, determinou a fossilização da cidade muçulmana. A transformação mais visível decorreu da construção da catedral gótica, em 1226, no local anteriormente ocupado pela antiga mesquita. A primeira fase da obra, a construção da capela-mor, obrigou à destruição dos *zocos* dos ervanários e dos barbeiros. Em 1334, rasgou-se uma praça diante da fachada poente, empurrando para sul o *zoco* dos tintureiros. Finalmente, nos finais do século XIV, o arcebispo de Toledo, D. Pedro

<sup>49</sup> Passini, 2004: 7-8 e 620.

<sup>50</sup> Pérez Higuera, 2002: 21.

<sup>51</sup> Serra Desfilis, 2002: 37-50.

<sup>52</sup> Em meados do século XIV, Pedro IV ordena o alargamento de várias ruas e a construção de novas casas. Em 1372 acordou com o concelho a abertura de vários *azucahs* para facilitar o trânsito, medida que obrigou ao derrube de casas e à compensação dos proprietários. Torres Balbás, 1968: 156-157.

<sup>53</sup> Torró Abad, 1995: 539.

<sup>54</sup> Jiménez Castillo, Navarro Palazón, 2001:124.

<sup>55</sup> Em Badajoz, a implantação da *plaza mayor*, em meados do século XV, fez-se parcialmente sobre um antigo bairro islâmico, demolido para esse efeito. Torres Balbás, 1968: 168.

<sup>56</sup> Torres Balbás, 1968: 96. Sobre as transformações ocorridas em Granada e a transição entre modelos e formas urbanísticas, veja-se Espiñar, 1991: 228-231.

<sup>57</sup> Passini, 2004. Passini, 2006: 245-272.

Tenório, ordenou a construção do claustro desalojando um vasto bairro de comerciantes<sup>58</sup>. Com o tempo, e na dependência de estratégias imobiliárias de maior vulto, trechos completos da cidade islâmica foram definitivamente apagados, como sucedeu na *calle de la Chapineria*, após o incêndio de 1467, por iniciativa do cabido, proprietário das casas: sobre as casas destruídas, rasgaram-se duas novas ruas bordejadas por um conjunto de moradas iguais, segundo um único modelo. A mudança de paradigma fica bem patente no tipo escolhido, em nada devedor da organização cadastral anterior: estreitas e compridas e três pisos acima do solo<sup>59</sup>. Em muitos locais, não foi preciso esperar que um qualquer acidente proporcionasse a substituição: em 1313, Pere de Villa-Rasa, conselheiro de Jaime II edificava uma nova *pobla*, constituída por fileiras compactas de casas, segundo um modelo regular que retirava o máximo partido da fachada e de uma rede viária contínua. A campanha arqueológica aí realizada deixou evidente a descontinuidade estratigráfica: o bairro ergueu-se sobre o derrube das casas islâmicas pré-existentes<sup>60</sup>.

Significativamente, estas alterações que a arqueologia tem vindo a corroborar em inúmeras cidades<sup>61</sup>, foram passadas a escrito, deixando bem explícito o entendimento depreciativo da cidade muçulmana, por oposição ao conceito de beleza, ordem e nobreza que se pretendia para a cidade cristã fosse no campo das técnicas, fosse relativamente ao sistema viário<sup>62</sup>. Em carta datada de julho de 1393, dirigida pelo concelho de Valência aos seus representantes em Avinhão, refere-se ter sido Valência edificada “... *per moros a lur costum estreta a meçquina, ab molts carrers estrets voltats e altres deformitats*”. A 15 de setembro do mesmo ano, insiste-se nas “*deformitats que son en aquesta ciutat de carrer mourisch e d’altres dolenties*”<sup>63</sup>. A consciência que existia do modelo diferente fica bem patente em expressões como “*carrer mourisc*”, “*casa morisca*”, “*obra morisca*” ou na alusão a uma casa “*todavia sarracena*”<sup>64</sup>.

Os vestígios do passado islâmico surgiam como recordação incómoda de uma etapa anterior, vinculada a uma outra religião e cultura. Acima de tudo, os relatos revelam uma incompreensão e inadaptação perante a matriz muçulmana. Da vontade de “*crislianização da paisagem*” é porta-voz Francesc Eiximenis quando, em 1383, na carta em que dedica o seu “*Regiment de la cosa pública*” aos *jurats* de Valência, refere “*Dotzenament, car com la ciutat sia encara quasi morisca, per la novitá de sa preso, per tal vos cové vetlar que*

<sup>58</sup> Pérez Higuera, 2002: 22.

<sup>59</sup> Passini, 2004: 156 e Passini, 2006: 259-260.

<sup>60</sup> Serra Desfilis, 2002:37-50.

<sup>61</sup> Caso de Sevilha, num processo que, embora lento, reflete “*a implantação de uma cultura diferente, um modo distinto de entender e construir a cidade*”. Alvarez, Collantes de Teran y Zoido, 1982: 82.

<sup>62</sup> Téran Sánchez, 2009:184.

<sup>63</sup> Cárcel Ortí, Trenchs Odena, 1985: 1428-1497.

<sup>64</sup> Torró Abad, 1995: 538-539.

*es repare en murs, e en valls, e en carreres, e en places, en cases, e en armes, en guisa que per tot hi apareixca ésser lo crestiá regiment e les crestianes maneres...*<sup>65</sup>.

Nenhum registo deste género é conhecido para Portugal.

Duas ideias, para finalizar, sobre tempos e escala do processo de transformação do tecido urbano com a passagem do domínio islâmico para o cristão.

Muito mais do que de um fenómeno de substituição abrupta, levado a cabo imediatamente após a reconquista, tudo aponta para processos dilatados no tempo: de abandono, de adaptação, de transformações de pequena escala, algumas pouco visíveis, mas em conjunto decisivas. Em certos casos optou-se simplesmente por não usar, talvez porque os novos ocupantes fossem em número inferior à população muçulmana. Se o espaço edificado era superior às necessidades, parcelas inteiras foram votadas ao esquecimento, pelo menos com função residencial. Foi o que aconteceu em Mértola, Lisboa, Moura ou Cacela-a-Velha onde, sobre casas islâmicas, surgiram cemitérios e conventos. Noutras situações, ocupou-se transformando: fechou-se o pátio, dividiu-se a casa, rasgou-se a fachada, aproveitou-se parte do adarve para quintal de fundo do lote. Registou-se em Paderne, Silves e Lisboa.

Quando? No decurso das décadas seguintes à conquista, por vezes em séculos. Quase 150 anos depois da conquista, Valencia é "todavía quase mourisca" e as suas "deformidades" ainda atribuídas à origem islâmica. Em Toledo, as transformações começam logo na primeira metade do século XIII mas decorrem ainda em finais do século XV. Em Múrcia ocorrem de forma gradual, por vezes até mais lentamente do que as disposições determinavam<sup>66</sup>. Na Andaluzia Bética, a dimensão das áreas urbanas associada ao fracasso do repovoamento cristão, resultou numa transformação muito lenta da paisagem urbana, em parte e durante muito tempo sem reocupação efetiva. Como sublinhou Abellán Pérez "*el corte radical de la sociedad hispano-musulmana en esta region, su sustitución por otra nueva, que en ningún momento la iguaría en número, hace difícil pensar en transformaciones inmediatas...*"<sup>67</sup>. Nas grandes cidades, como Sevilha, Córdoba ou Granada, com centenas de hectares e milhares de habitantes<sup>68</sup>, a marca islâmica não chegará sequer a desaparecer por completo<sup>69</sup>.

Em Portugal, os núcleos urbanos eram pequenos e a sua ocupação integral terá sido mais rápida e efetiva. Lisboa, a única grande cidade à escala das do Gharb al-Andalus

<sup>65</sup> Serra Desfilis, 2002: 42.

<sup>66</sup> Jiménez Castillo, Navarro Palazón, 2001: 108, 124.

<sup>67</sup> Abellán Pérez, 1991: 197-198. González Jimenez, 1979: 3-5.

<sup>68</sup> Córdoba contava com 89,91 hectares de área cercada, Sevilha com 267 e Valência com 52,66. Nada comparável às cidades portuguesas em que a maior, Lisboa, não excedia os 15 hectares. Mazzoli-Guintard, 2000: 458. Se da dimensão passarmos ao número de habitantes, núcleos como Elvas, Alcácer, Évora, Beja, Mértola, Silves e Faro nunca terão excedido os dois a três mil. Torres, 1994: 83.

<sup>69</sup> Téran Sánchez, 2009:190.

terá sido aquela onde o processo foi mais lento: no arrabalde ocidental<sup>70</sup> os últimos vestígios, senão ao nível da parcela pelo menos da rede viária terciária, terão perdurado durante séculos, como o levantamento de Manuel da Maia, deixa ainda entrever<sup>71</sup>. E só em 1755 seriam bruscamente apagados.

O que nos leva à segunda questão, não menos problemática: a escala das transformações. A arqueologia portuguesa atesta a existência de casas-pátio: cerca de 30 em Mértola, outras 30 em diferentes zonas de Silves, número não muito distante do que se atinge em Lisboa, se somarmos os diferentes vestígios, com destaque para os dos bairros da Alcáçova e Praça da Figueira. Muito menos nos casos restantes. As áreas escavadas são sempre limitadas e as campanhas em número demasiado reduzido<sup>72</sup>. Ou seja, os dados veiculados pela arqueologia, garantindo a existência da matriz, não permitem determinar a sua extensão. Na prática, a resposta à questão da escala das transformações esbarra inevitavelmente com o desconhecimento das cidades no período anterior à reconquista. É significativo, neste âmbito, que o grosso dos achados date do período final da ocupação muçulmana, quase sem exceção do domínio almóada. Como é significativo que a arqueologia nada revele sobre a vertente moçárabe que também compunha o tecido populacional de grande parte destes núcleos urbanos, por vezes até em proporção maioritária<sup>73</sup>. Em Coimbra, por exemplo, onde a vitalidade da comunidade cristã é um dado confirmado; ou em Lisboa, descrita em 1109 pelos cruzados noruegueses que se dirigiam à Terra Santa como metade cristã, metade pagã<sup>74</sup>. Mas não assim em Évora onde é com "pouca consistência que as fontes permitem sustentar a presença de cristãos no interior da cidade, depois do século VIII"<sup>75</sup>.

Com efeito, às dúvidas sobre a extensão e consolidação da matriz islâmica nas diferentes partes do território, ou no interior de uma mesma cidade, somam-se, no campo

<sup>70</sup> Embora vagas, duas referências do cruzado ao que parece ser esta área, permitem entrever uma malha densa, de casas adjacentes e acessíveis por adarves: "*edifícios aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*" e "*os terraços das casas, as quais eram ligadas em volta à maneira de muralhas*". *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*: 32 e 45.

<sup>71</sup> Manuel da Maia, *Carta topographica da parte mais arruinada de Lisboa na forma, em que se achava antes da sua destruição para sobre ella se observarem os melhoramentos necessários*, Séc. XVIII. Arquivos dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército, 2342-2-16-22. Este dado, já destacado em Trindade 2013: 74-76, foi recentemente analisado com muito maior desenvolvimento e detalhe por Fialho, 2016: 433 e segs. O levantamento representa as áreas construídas apenas pelo recurso a manchas (como era normal à época) pelo que não nos dá qualquer informação sobre o lote. Assim, apenas o conjunto de vias estreitas e cegas pode servir de indicador de permanência de parte do sistema urbano islâmico.

<sup>72</sup> No Bairro da Praça da Figueira, por exemplo, foi possível perceber que o casario se prolongava, para além da área escavada, para sul e oriente. Silva, 2012:143.

<sup>73</sup> Torres, 1992: 409.

<sup>74</sup> Gomes, 1996: 344.

<sup>75</sup> Real, 1988: 46.

oposto, as que envolvem o volume, distribuição<sup>76</sup> ou tipo de habitação da população moçárabe. E esta última é toda uma outra questão em aberto. Na realidade, que indicações, de qualquer natureza e por vagas que sejam, temos sobre o tecido residencial autóctone? Ou da forma como possa ter evoluído no decorrer do processo de arabização? Questão que nos remete para uma outra particularmente discutida: a de uma eventual identidade, também urbanístico-arquitectónica moçárabe<sup>77</sup>. E que aqui não se coloca ao nível da resistência religiosa ou da capacidade construtiva de edifícios de culto, mas da cultura material do quotidiano, no seio da sociedade em que se inscreveu e a que progressivamente se foi aculturando, no bilinguismo ou na onomástica, por exemplo, entre tantos outros aspetos. Questão tanto mais interessante se tivermos em conta a sua própria matriz hispano-romana, mediterrânica, portanto<sup>78</sup>, e que o período de mais de dois séculos de domínio visigodo não parece ter alterado nos fundamentos. A este nível, com efeito, nada permite suspeitar da introdução de novos modelos, contrários aos pré-existentes, tudo indicando que fenómenos de reutilização e continuidade constituíram as grandes linhas de atuação. Mesmo no âmbito da vitalidade demonstrada na arte cristã são evidentes as reutilizações de materiais, as influências orientais ou o interesse renovado pela tradição romano imperial<sup>79</sup>, factores que, em conjunto, apontam muito mais para a continuidade do que para o corte com a cultura mediterrânica, ainda que naturalmente de escala e aparato diferente<sup>80</sup>.

Não nos referimos a transformações, que naturalmente ocorreram, mas a um corte de paradigma. Esse, surge mais tarde, no período pós reconquista, como é sistematicamente identificado por tantos autores.

Por todas as razões apontadas, o terreno onde se inscreve o tema aqui tratado é demasiado movediço, pelo que as conclusões têm de ser, pelo menos por enquanto, apenas parcelares. Que pode então concluir-se com segurança? A presença do tipo habitacional islâmico, em diferentes sectores do espaço urbano (medinas e arrabaldes) e diferentes sectores da sociedade (das elites à população comum) em cidades e vilas das regiões mais meridionais do território português (de Lisboa para sul); o desinteresse que parecem suscitar aos novos ocupantes; a adopção e expansão, a partir de então, de formas de ocupação totalmente distintas ao nível da parcela, dos acessos, da relação que se estabelecia entre ambos, da gestão que os regulava e mantinha. A ação de D. Dinis, em

<sup>76</sup> Circunscritos em bairros próprios, as moçarabias, ou dispersos pelo tecido urbano. Sobre as moçarabias veja-se Rincón Álvarez, 2003: 60-66.

<sup>77</sup> Aillet, C., Penelas M. y Roisse, P., 2008.

<sup>78</sup> Mas que, em todo o caso, já não seria a “cidade romana”. Um pouco por toda a parte, a arqueologia tem vindo a provar que o processo de transformação da cidade clássica foi um fenómeno datável ainda da Antiguidade Tardia, devendo-se sobretudo à perda de autoridade e controlo sobre o espaço público e crescente atuação dos interesses privados. Pinon, 2001: 193-194. Gutiérrez Lloret, 1993: 13-33.

<sup>79</sup> Real, 1988: 52

<sup>80</sup> Como escreveu José Mattoso, “a qualidade das realizações culturais deve-se quase exclusivamente ao prolongamento de recursos vindos de uma época anterior [...]. É portanto um fenómeno hispano-romano, que deve pouco àquilo que os visigodos trazem de fora da Hispânia”. Mattoso, 1992: 303.

Lisboa, no âmbito da abertura das ruas Nova e dos Ferreiros atesta de forma inequívoca a concepção urbanística que a ela presidiu (padrão do que se fazia em todo o reino, em ensanches ou vilas novas) e que dificilmente poderia ser mais contrária à do tecido islâmico a que praticamente se encostava<sup>81</sup>.

Que em parte alguma permaneceu intacto. Sob uma capa superficial de continuidade, operou-se uma ruptura que privou de sentido o assentamento original. Porque os dois modelos eram, na prática, incompatíveis. A ritmos muito diferentes, décadas em alguns casos, séculos noutros, por toda a Hispânia, a cidade islâmica foi sujeita a uma desestruturação interna que representou o seu fim enquanto tal. Processo que, em Portugal, levou ao seu desaparecimento das paisagens urbanas.

- Abellán Pérez, J. (1991): “Del urbanismo musulmán al urbanismo Cristiano. I. Andalucía occidental”, *La ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.
- Aillet, C., Penelas M. y Roisse, P. (2008): *Existe una identidad mozárabe? Historia, lengua y cultura de los cristianos de al-Andalus (siglos IX-XII)*, Madrid: Casa de Velázquez.
- Alvarez, L., Collantes de Teran y Zoido, F. (1982): “Plazas, Plaza Mayor y espacios de sociabilidad en la Sevilla intramuros”, *“Plazas” et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Paris, Publications de la Casa de Velazquez.
- Alves, A. (2007): *Em busca da Lisboa Árabe*, Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- Amaro, C. (1998): “Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível”, en *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 61-71.
- Barros, M. (2004): “Os mouros de Santarém: a comuna e os espaços”, en *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*, Santarém: Câmara Municipal, pp. 60-67.
- Barros, M. (2007): *Tempos e espaços de Mouros. A minoria muçulmana no Reino português (sécs. XII – XV)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Betrán Abadía, R. (1992): *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza: Delegación del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón.
- Branco, M. (2001): “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 217-234.
- Bugalhão, J. (2009): “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, *Xelb* 9, pp. 377-391.
- Cárcel Ortí, M., Trenchs Odena J. (1985): “El consell de Valencia: disposiciones urbanísticas (siglo XIV)”, en *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, Madrid: Universidad Complutense, t. II, pp.1428-1497.
- Carrero Santamaría, E. (2011): “Entre Almuédanos y Campanas. Constantes sobre la conversión de Aljamas en Catedrales”, *Hortus Artium Medievalum*, 17, Université de Zagreb, pp. 185-200.
- Cavaco, S., Covaneiro, J. (2009): “Um (novo) olhar sobre a Tavira islâmica”, *Xelb* 9, pp.

<sup>81</sup> Sobre as práticas urbanísticas no Portugal medieval veja-se Trindade, 2013: 83-219.



429-443.

- Coelho, A. (1989): *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Coelho, A. (2001): "Lisboa nos dois primeiros séculos após a "Reconquista", *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 235-242.
- Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês* (2004), Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, M. (2018): "Sobre um esporão entre duas águas. Continuidade e mudança das casas de Mértola no desenho da vila", *Monumentos*, 36, pp. 16-25.
- Covaneiro, J., Cavaco, S. (2005): "Casas islâmicas da Cerca do Convento da Graça - Tavira. Nota preliminar", *Arqueologia Medieval*, 9, Porto: Afrontamento.
- Custódio, J. (2002): As fortificações de Santarém. Séculos XII-XIII, em *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp.405-422.
- Eiroa Rodríguez, J. (2007): "Arqueologia urbana de la Baja Edad Media en la región de Murcia: datos para un debate sobre el modelo de gestión", en Malpica Cuello, A. (dir.) *Ciudad y arqueología medieval*, Salobreña: Alhulia, pp. 193-217.
- Epalza, M. (1993): "Mutaciones urbanísticas debidas a la transformación de mezquitas en iglesias", *VI Simposio Internacional de Mudéjarismo*, Teruel: Centro de Estudios Mudéjares, pp. 501-518.
- Espiñar, M. (1991): "Del urbanismo musulman al urbanismo Cristiano II", *La ciudad Islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 228-231.
- Estal Gutierrez, J. (1985): "Problemática en torno a la conquista y repoblación de las ciudades musulmanas de Orihuela y Alicante por Alfonso X el Sábio", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, Madrid: Universidad Complutense.
- Fernandes, H. (1998): "Fronteiras e Reconquista", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Fernandes, I. (2005): "Palmela no período da Reconquista", en Barroca, M., Fernandes, I. (coord.) *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 311-325.
- Fernandes, I. (2013): "25 anos de arqueologia medieval em Portugal", *Boletín de Arqueología Medieval*, 17, pp. 347-392.
- Fialho, M. (2016): *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Frey Sánchez, A. (2002): *El Jardín de Al-Andalus. Origen e consolidación de la Múrcia Islámica*, Múrcia.
- Garcia, C. (2018): *Crónicas de uma escavação arqueológica: os cemitérios de Cacela...*, *Sul-Informação*, 29 de Junho, Disponível em <https://www.sulinformacao.pt/author/cristina-tete-garcia/> [Acedido em Janeiro de 2019].
- Gaspar, A., Gomes, A. (2001): "Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge", *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 95-102.
- Gomes Martinez *et alli* (2009): "Mértola islâmica. A madina e o arrabalde", *Xelb* 9, pp. 405-427.

- Gomes Martinez, S. (2010): "Reflexão crítica sobre o estado da investigação para o período medieval islâmico no Algarve", *Xelb* 10, pp. 497-508.
- Gomes, A., Gaspar, A. (2001): "O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo" em *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa: Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, pp. 397-404.
- Gomes, A., Sequeira, M. (2001): "Continuidades e discontinuidades na arquitetura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva", *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 103-110.
- Gomes, R. V. (2001): "A conquista cristã – o fechar de um ciclo?", *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp.139-148.
- Gomes, R. V. (2005): "Da Silves islâmica à Silves da Expansão: a evidência arqueológica", *Monumentos*, 23, pp. 22- 29.
- Gomes, S. (1996): "Grupos étnico-religiosos e estrangeiros", em Coelho, M.; Homem, A. (coord.) *Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV, Nova História de Portugal*, vol. III, Lisboa: Presença.
- Gonçalves, A. (1995): "Intervenção arqueológica no Convento Espírito Santo", *Al-úlyá* 4, pp. 51-61.
- Gonçalves, I. (1996): "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", em *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais: Patrimonia, pp. 11-60.
- Gonçalves, I. (1996): "Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa", em *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, pp. 77- 96.
- Gonçalves, M. (2009): "Silves islâmica: deambulando pelo arrabalde oriental", *Xelb* 9, pp. 489-524.
- González Jiménez, M. (1979): "El poblamiento de la Andalucía Bética (siglos XIII al XV)", *Andalucía Medieval, Actas I Coloquio Historia de Andalucía*, Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba, pp. 1-10.
- González Jiménez, M. (1988): *En entorno a los orígenes de Andalucía*, Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Guichard, P. (2001): *Al-Andalus frente a la conquista cristiana: los musulmanes de Valencia, siglos XI-XIII*, Valencia: Universitat de València.
- Gutiérrez Lloret, S. (1993): "De la civitas a la madina: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico", *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, t. I, Madrid: CSIC.
- Inácio, I., Catarino, H. (2009): "Ensaio de reconstituição de casas islâmicas do castelo de Paderne", *Xelb*, 9, pp. 613-622.
- Jiménez Castillo, P., Navarro Palazón, J. (2001): "El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia", em Passini, J. (coord.) *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 71-130.
- Lavado Paradinas, P. (1991): "La ciudad mudéjar: espacios y nuevas funciones", em *La ciudad Islámica*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 431-446.

- Luzia, I.; Pires, A. (2017): "Al-'Ulyà, a cidade islâmica", en *Loulé: territórios, memórias, identidades*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal de Loulé, Imprensa Nacional, pp. 464-479.
- Macias, S. (2006): *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Macias, S., Barros, M.R. y Gomes Martinez, S. (2018): "A mesquita/igreja matriz de Mértola", *Monumentos*, 36, pp. 62-75.
- Macias, S., Gaspar, V. y Valente, J. (2016): *Castelo de Moura. Escavações arqueológicas 1989-2013*, Moura: Câmara Municipal.
- Macias, S., Torres, C. (2001): "Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Garb al-Andalus para o reino de Portugal" en *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 99-112.
- Matos, J. (2001): "Lisboa Islâmica", *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 79-87.
- Mattoso, J. 1992 "A época sueva e visigótica", en Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal, Antes de Portugal*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 301-359.
- Mazzoli-Guintard, C. (2000): *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (s. VIII-XV)*, Granada: Almed.
- Navarro Palazón, J., Jiménez Castillo, P. (2007): "Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico", *Artigrama*, 22, pp. 259-298.
- Orihuela, A. (2007): "La casa andalusí: un recorrido a través de su evolución", *Artigrama*, 22, pp. 299-335.
- Passini, J. (2004): *Casas y casas principales urbanas. El espacio domestico de Toledo a fines de la Edad Media*, Universidad de Castilla – La Mancha.
- Passini, J. (2006): "Algunos aspectos del espacio doméstico medieval en la ciudad de Toledo", en Arízaga Bolumburu, B., Solórzano Telechea, J. (ed.) *El Espacio Urbano en la Europa Medieval*, Logroño: Gobierno de La Rioja-Instituto de Estudios Riojanos, pp. 245-272.
- Pérez Higuera, T. (2004): "De la ciudad hispanomusulmana a la ciudad mudéjar: el ejemplo de Toledo", en Casamento, A., Guidoni, E. (a cura di) *La Città Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare*, Roma: Edizione Kappa. 18-25.
- Picard, C. (2005): "Le changement du paysage urbain dans le Gharb al- Andalus (X-XIIe siècle): les signes d'une dynamique", Barroca, M., Fernandes, I. (coord.) *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Palmela: Câmara Municipal - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pimentel, A. F. (2006): *A morada da sabedoria I - O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra: Almedina.
- Pinon, P. (2001): "La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval", en Passini, J. (coord.), *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Universidad Castilla-la-Mancha.
- Real, M. (1988): "Os Moçarabes do Gharb português", *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 35-56.
- Rincón Álvarez, M. (2003): *Mozárabes y Mozarabias*, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Rossa, W. (2001): *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Santos, J. e Abranches P. (2010): "O Arrabalde da Silves Islâmica: a intervenção arqueológica do Empreendimento do Castelo", *Arqueologia Medieval*, 11, pp. 89-102.
- Serra Desfilis, A. (2002): "Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV", en Casamento, A., Guidoni, E. (a cura di) *La Città Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare*, Roma: Edizione Kappa, pp. 37-50.
- Silva, R. B. (2012): "A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)", en *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa: Associação dos Amigos de Lisboa, pp. 137-147.
- Terán Sánchez, A. (2009): "De la Ciudad Andalusí a la Castellana: el espacio urbano en la Andalucía Bajomedieval", *Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae*, 37, pp. 163-192.
- Torres Balbás, L. (1968): "La Edad Media", en *Resumen historico del urbanismo en Espana*, Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.
- Torres, C. (1992): "O Garb-Al-Andaluz", en Mattoso, J. (dir.) *História de Portugal, Antes de Portugal*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 361-437.
- Torres, C. 1994: "Lisboa muçulmana", en *Lisboa Subterrânea*, Lisboa/Milão: Lisboa 94/Electa.
- Torres, C., Macias, S. (1997): "A islamização do Gharb al-Andalus", en *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 29-46.
- Torró Abad, J. (1995): "El urbanismo mudejar como forma de resistencia. Alquerías y morerías en el reino de Valencia (siglos XIII-XVI)", en *Actas del Simposio Internacional de Mudejarismo*, Zaragoza: Centro de Estudios Mudéjares del Instituto de Estudios Turolenses.
- Trindade, L. (2002): *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra: Câmara Municipal.
- Trindade, L. (2013 [2009]): *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Trindade, L. (2018): "A «viagem das formas» nos caminhos de peregrinação", en Osswald, H., Marques, A. (coord.) *Devoções e sensibilidades marianas: da memória de Cister ao Portugal de hoje*, Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, pp. 199-219.